



APSS – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SETÚBAL E SESIMBRA, S.A.

CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS

“SEPARAÇÃO DAS REDES DE DRENAGEM RESIDUAL DOMÉSTICA E PLUVIAL, NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DO PORTO DE SETÚBAL”

Procedimento de contratação ref.ª P36/2024 - S 864/2023

PROGRAMA DE CONCURSO

ÍNDICE GERAL DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO

Programa, incluindo os anexos:

Anexo I – Modelo de declaração de aceitação do caderno de encargos

Anexo II – Modelo de proposta

Anexo III - Modelo da declaração de habilitação

Anexo IV – Modelos de caução

Anexo V – Mapa de Quantidades de Trabalho

Caderno de Encargos, incluindo os anexos:

Anexo A - PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE NA FASE PROJETO

Anexo B - PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO NA FASE PROJETO

Anexo B1 - PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO NA FASE PROJETO - MODELO DE REGISTO

Anexo C - PROJETO DE EXECUÇÃO, INCLUINDO OS TERMOS DE REFERÊNCIA

Anexo D - PEÇAS DESENHADAS (1 a 6)

Índice

1. OBJETO -----	4
2. ENTIDADE ADJUDICANTE E CONCORRENTES -----	4
3. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----	6
4. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----	7
5. PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA -----	8
6. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA -----	9
7. VARIANTES, NEGOCIAÇÃO E PREÇO ANORMALMENTE BAIXO -----	12
8. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA -----	12
9. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO -----	12
10. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DEMAIS DOCUMENTOS E COMUNICAÇÕES -----	13
11. PRAZO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA -----	14
12. ANÁLISE DA PROPOSTA -----	14
13. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO -----	16
14. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO -----	16
15. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO -----	17
16. NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO -----	18
17. CAUÇÃO -----	19
18. CONTRATO -----	19
19. DESPESAS -----	22
20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO -----	22
ANEXO I -----	23
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS -----	23
ANEXO II -----	25
MODELO DE PROPOSTA -----	25
ANEXO III -----	27
MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO -----	27
ANEXO IV -----	28
MODELOS DE CAUÇÃO -----	28
GUIA DE DEPÓSITO -----	28
GARANTIA BANCÁRIA -----	29
SEGURO-CAUÇÃO -----	30

APSS - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SETÚBAL E SESIMBRA, S.A.

1. OBJETO

O presente procedimento de contratação, de Concurso Público, sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, através de plataforma eletrónica de contratação, segue as regras indicadas no presente Programa e tem por objeto a celebração de contrato de aquisição da prestação de serviços com a designação ***“Separação das Redes de Drenagem Residual Doméstica e Pluvial, na área de jurisdição do Porto de Setúbal”*** e a referência **n.º P36/2024 - S 864/2023** nos termos e condições previstos no Caderno de Encargos.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E CONCORRENTES

2.1. A Entidade Adjudicante é a empresa pública com poderes de autoridade portuária APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., abreviadamente designada por APSS, S.A., número de identificação de pessoa coletiva 502 256 869, com os seguintes contatos para efeitos do presente procedimento:

Sede: Praça da República, 2904-508 Setúbal

Telefone: +351 265 542 000

Correio eletrónico: apss-plataforma@portodesetubal.pt

2.2. A decisão de contratar e a decisão de autorização da despesa foram tomadas pela Deliberação n.º 421/2024, do órgão competente para a decisão de contratar, o Conselho de Administração da Entidade Adjudicante (doravante “Órgão Competente”), de 10/10/2024, que igualmente aprovou as peças deste procedimento Programa e Caderno de Encargos.

2.3. O presente procedimento é conduzido por um Júri designado pela Entidade Adjudicante, a quem cabe apreciar as propostas e elaborar os relatórios de análise das propostas, bem como praticar os atos e

realizar as diligências relacionadas com essas competências, salvo a retificação das peças do procedimento, a decisão sobre erros ou omissões identificados pelos interessados e a decisão de adjudicação, que cabem ao Órgão Competente, cabendo as demais diligências aos serviços competentes da Entidade Adjudicante.

- 2.4.** O interessado pode, nos termos do art.º 267 e seguintes do Código dos Contratos Públicos, apresentar impugnação administrativa de qualquer decisão ou das peças do procedimento, através da apresentação, no prazo de 5 dias a contar da respetiva notificação, de reclamação para o órgão que emitiu a decisão ou através de recurso para o Órgão Competente da decisão daquele órgão, sendo as impugnações administrativas decididas no prazo de 5 dias a contar da data da sua apresentação, equivalendo o silêncio à rejeição das mesmas, sem prejuízo de quando a impugnação administrativa tiver por objeto a decisão de adjudicação ou a rejeição de impugnação administrativa dessa decisão, o órgão competente para dela conhecer dever, nos 2 dias seguintes à respetiva apresentação, notificar os concorrentes para, querendo, se pronunciarem.
- 2.5.** Não podem ser concorrentes as entidades que se encontrem em alguma das situações referidas no art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos, sob pena de caducidade da adjudicação, ou, sob pena de invalidade, que se encontrem em alguma das situações referidas no n.º 2 e seguintes do art.º 9.º da **Lei n.º 52/2019**, de 31 de julho, na sua redação aplicável, designadamente da Lei n.º 26/2024, de 20 de fevereiro, (referente a titulares de cargos políticos e altos cargos públicos ou seus familiares ou sociedades por si ou por familiar detidas ou geridas), devendo atestar o indicado nos termos indicados neste Programa.
- 2.6.** Os concorrentes podem recorrer a subcontratados nos termos previstos no Caderno de Encargos e neste Programa.
- 2.7.** Ao concurso podem apresentar-se agrupamentos de empresas, nos termos do disposto no art.º 19.º da **Lei nº 41/2015**, de 3 de junho, na sua redação atual decorrente da Lei nº 25/2018, de 14 de junho, e do disposto no art.º 54.º do Código dos Contratos Públicos, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, até ao momento da celebração do contrato, na modalidade indicada no art.º 18 deste Programa.
- 2.8.** A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas são responsáveis solidariamente perante a Entidade Adjudicante pela manutenção da

proposta que vier a ser apresentada (carecendo de qualquer alteração na composição do agrupamento de ser autorizada previamente pela Entidade Adjudicante sob pena de exclusão, em qualquer fase do procedimento de contratação).

- 2.9.** Os membros de um agrupamento concorrente ou os subcontratados não podem ser simultaneamente concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento concorrente, nem serem subcontratados de outro concorrente.

3. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 3.1.** As peças deste procedimento, que devem ser respeitadas pelos interessados, concorrentes e adjudicatários sob pena de exclusão ou caducidade da sua proposta, são o Anúncio, o presente Programa e o Caderno de Encargos.
- 3.2.** O Programa é o regulamento que define os termos a que obedece a fase de formação do contrato até à sua celebração.
- 3.3.** O Caderno de Encargos é a peça do procedimento que contém as cláusulas a incluir no contrato a celebrar.
- 3.4.** O Programa e o Caderno de Encargos são constituídos pelos artigos e cláusulas constantes dos documentos referidos no índice geral e respetivos anexos.
- 3.5.** Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças deste procedimento a partir da plataforma eletrónica de contratação da Entidade Adjudicante acessível em <https://www.acingov.pt>, de acordo com as indicações constantes da mesma, encontrando-se também disponíveis para consulta em suporte papel na Divisão de Contratação Pública da Entidade Adjudicante (das 9h30 às 12h30 e das 14h30h às 17h00, na sua sede).
- 3.6.** Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados poderão solicitar com a antecedência mínima de 2 (dois) dias, a inspeção ao local de prestação dos serviços e realizar neles os reconhecimentos e estudos que entenderem indispensáveis à elaboração da sua proposta, sendo, salvo se a Entidade

Adjudicante considerar desnecessário, acompanhados por um elemento por esta designado, não podendo em qualquer caso os interessados invocar a ausência da referida inspeção ou o modo como decorreu para condicionar a sua proposta.

4. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

4.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar ao Júri os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar à Entidade Adjudicante uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, podendo, ainda, apresentar pedidos de correção ou de alteração do regime da revisão de preços estabelecido no caderno de encargos (ou a sua previsão em caso de omissão).

4.2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a)** Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b)** Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c)** Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d)** Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

4.3. A lista a apresentar à Entidade Adjudicante deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

4.4. O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do art.º 378.º do Código dos Contratos Públicos, aplicável nos termos do disposto no art.º 451.º e art.º 447.º-A do referido código.

4.5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a)** O Júri, deve prestar os esclarecimentos solicitados;

- b) A Entidade Adjudicante (através de decisão do Órgão Competente) pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados e, quando a isso instada, informa os interessados sobre a fórmula ou fórmulas do regime de revisão de preços a constar das propostas a apresentar, considerando-se rejeitado tudo o que, até ao final daquele prazo, não seja por ele expressamente aceite.

- 4.6. A Entidade Adjudicante deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
- 4.7. Independentemente do disposto nos números anteriores, a Entidade Adjudicante pode, oficiosamente (através de decisão do Órgão Competente), proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido em 4.5, ou até ao final do prazo de entrega da proposta, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no art.º 64.º do Código dos Contratos Públicos.
- 4.8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 4.9. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

5. PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 5.1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no art.º 4 sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, sem prejuízo de, quando o anúncio do procedimento tiver sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia, o período de prorrogação não poder ser inferior a seis dias ou, nas situações previstas no n.º 3 do art.º 136.º do Código dos Contratos Públicos e nos n.ºs 2 e 3 do art.º 174.º do mesmo código, a quatro dias.

- 5.2.** Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no art.º 4, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de emissões.
- 5.3.** A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
- 5.4.** As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao Órgão Competente e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 130.º e nos n.ºs 1 a 3 do art.º 131.º do Código dos Contratos Públicos.

6. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- 6.1.** A proposta a apresentar pelo interessado deverá ser constituída pelos seguintes documentos, que não devem, em nenhum caso, contrariar o estipulado neste Programa e no Caderno de Encargos (nem conter rasuras ou entrelinhas, salvo se devidamente ressalvadas):
- a)** declaração do interessado de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente Programa (correspondente ao Anexo I do Código dos Contratos Públicos), assinada por representante do interessado através de assinatura eletrónica;
 - b)** documentos que em função dos aspetos submetidos a avaliação, contenham os atributos da proposta (assinados por representante do interessado através de assinatura eletrónica):
 - i.** uma proposta de preço, incluindo uma lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho, elaborada em conformidade com o modelo do **Anexo II** ao presente Programa;
 - ii.** um plano de trabalhos, destinado, com respeito pelo prazo de execução da obra, à fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas e à especificação dos meios com que o interessado se propõe executá-los, incluindo:

A. Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo:

- a.** identificação do número de frentes de trabalho, sua natureza e locais de execução;
- b.** caracterização das interdependências e encadeamentos das diferentes atividades;
- c.** identificação para cada frente de trabalho de todos os elementos necessários para demonstrar a garantia do cumprimento dos prazos parcelares e do prazo global da empreitada, através do modo de execução da empreitada e interligação com o Plano de Mão de Obra e o Plano de Equipamentos;
- d.** identificação dos aspetos técnicos, materiais e os métodos construtivos, metodologias de segurança e higiene no trabalho, gestão do ambiente e impactos ambientais;

B. Diagramas de barras, ilustrando o desenvolvimento mais detalhado possível das várias atividades da empreitada a partir da data de início do prazo de execução da obra, e escala temporal de uma semana, no qual se assinalem o(s) caminho(s) crítico(s);

C. Plano de mão de obra, a afetar à execução da empreitada;

D. Plano de equipamentos a afetar à execução da empreitada;

c) documentos relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos a avaliação (assinados por representante do interessado através de assinatura eletrónica):

- i.** Plano de pagamentos e cronograma financeiro, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços;

- ii. documento indicando as qualificações dos técnicos para as categorias profissionais em que o caderno de encargos fixa limites mínimos e que o interessado pretende afetar ao contrato, incluindo habilitações académicas e experiência profissional;
 - d) quaisquer outros documentos que o interessado considere indispensáveis, designadamente elementos técnicos que julgue úteis para o completo esclarecimento da sua proposta (assinados por representante do interessado através de assinatura eletrónica);
 - e) caso o interessado indique que recorre a entidades terceiras, identificação do(s) subcontratado(s) e do âmbito da sua intervenção (assinados por representante do interessado através de assinatura eletrónica);
 - f) sendo o caso, documentação para comprovar os poderes do representante do interessado, como certidão de registo comercial (ou respetivo código de acesso) e procuração ou ata do respetivo órgão de gestão.
- 6.2.** As referidas assinaturas por representante do interessado devem ser efetuadas através de assinatura eletrónica mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica nos termos indicados no art.º 10.º deste Programa, designadamente em 10.2., 10.3., 10.4., 10.7. e 10.8. .
- 6.3.** Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de interessados, os documentos referidos neste artigo como exigindo assinatura devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram (caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros) ou, não existindo representante comum, devem ser assinados pelos representantes de todos os seus membros.
- 6.4.** Na proposta de preço referida em 6.1., o interessado deve cumprir o disposto no artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, indicando nomeadamente os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar, correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos certificados de empreiteiro de obras públicas ou nas declarações emitidas pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC,I.P), nos termos do disposto na **Portaria n.º 372/2017**, de 14 de dezembro, para efeitos da verificação da conformidade desses preços com a classe daquelas habilitações.

7. VARIANTES, NEGOCIAÇÃO E PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

- 7.1.** Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem propostas condicionadas, cada concorrente só podendo apresentar uma única proposta.
- 7.2.** A proposta apresentada não é objeto de negociação, sem prejuízo de quando tenha sido apresentada uma única proposta o concorrente poder ser convidado pela Entidade Adjudicante a melhorar a sua proposta nos termos do n.º 2 do art.º 125.º do Código dos Contratos Públicos, como previsto no art.º 147.º deste código.
- 7.3.** Não são definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo, sem prejuízo da aplicação do previsto no art.º 71.º do Código dos Contratos Públicos quando o preço se revele insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.

8. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 8.1.** Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 8.2.** Os documentos técnicos, designadamente os indicados na al. d) do 6.1., podem ser apresentados em português ou inglês.

9. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 9.1.** A avaliação das propostas é feita pelo Júri de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante, nos termos da al. b) do n.º 1 do art.º 74.º do Código dos Contratos Públicos, através de modalidade monofactor, designadamente escolhendo-se a proposta que apresente o preço mais reduzido.
- 9.2.** Em caso de empate entre as propostas mais vantajosas para a Entidade Adjudicante, impedindo a adjudicação, a adjudicação será feita por sorteio entre as propostas empatadas realizado pelo Júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes que se queiram fazer representar, nas

instalações da Entidade Adjudicante em local, data e hora a designar com a antecedência mínima de 2 (dois) dias.

10. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DEMAIS DOCUMENTOS E COMUNICAÇÕES

- 10.1.** A proposta deve ser enviada pelo interessado por forma a ser recebida pela Entidade Adjudicante até às 23:59 horas do dia **06/12/2024**.
- 10.2.** A proposta, tal como todas as comunicações e demais documentos deste procedimento de contratação, é apresentada na plataforma eletrónica de contratação referida no art.º 3.º do presente Programa, sendo entregue em formato digital, através de ficheiro/s em formato .pdf (ou compatível) não editável, através de carregamento do/s respetivo/s ficheiro/s.
- 10.3.** Os documentos da proposta elaborados ou preenchidos pelo interessado carregados na referida plataforma eletrónica deverão, de acordo com o indicado nesta cláusula, sob pena de exclusão da proposta ou caducidade da adjudicação, ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais que deverão ser adquiridos atempadamente junto de entidade credenciada nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 10.4.** Quando o interessado realizar o carregamento, na plataforma eletrónica, de um ficheiro de uma proposta, este deve estar já encriptado e assinado, com recurso a assinatura eletrónica qualificada.
- 10.5.** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o interessado submeter na plataforma um documento indicando de forma bastante o poder de representação e a assinatura do assinante.
- 10.6.** Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados pelas entidades competentes, não carecendo de nova assinatura por parte do interessado.
- 10.7.** Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras (v.g. digitalizações), podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do interessado, atestando a sua conformidade com o documento original.

- 10.8.** Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente, processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação (ex. em formato .zip), a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem.
- 10.9.** Os interessados devem assegurar que todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, bem como todos os atos que, nos termos do Código dos Contratos Públicos, devam ser praticados dentro de um determinado prazo, são sujeitos à aposição de selos temporais emitidos por uma entidade certificadora credenciada para a prestação de serviços de validação cronológica.

11. PRAZO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O Concorrente é obrigado a manter a proposta pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados desde a data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

12. ANÁLISE DA PROPOSTA

- 12.1.** O Júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica de contratação, sendo aos concorrentes incluídos na lista facultada a consulta de todas as propostas apresentadas (podendo o interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta).
- 12.2.** O Júri pode pedir ao Concorrente quaisquer esclarecimentos sobre a sua proposta que considere necessários para efeito da análise da mesma.
- 12.3.** Os esclarecimentos prestados pelo Concorrente fazem parte integrante da mesma, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem

os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão, nos termos do n.º 2 do art.º 72.º do Código dos Contratos Públicos.

- 12.4.** O Júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
- 12.5.** O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 12.6.** Os pedidos do Júri bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.
- 12.7.** Concluída a análise e avaliação das propostas o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual, ponderando eventuais esclarecimentos prestados pelos concorrentes, deve propor a ordenação das propostas admitidas ou a sua exclusão e envia-o a todos os concorrentes fixando-lhes um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 12.8.** Cumprido o referido o Júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, propondo a proposta a adjudicar ao Órgão Competente de acordo com a ordenação das propostas admitidas, bem como, sendo o caso, a exclusão de propostas.
- 12.9.** Quando tenha sido apresentada uma única proposta, compete ao Júri pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto da decisão de adjudicação ao seu órgão competente para a decisão de contratar, não havendo lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, podendo, porém, o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta

nos termos do n.º 2 do art.º 125.º do Código dos Contratos Públicos, como previsto no art.º 147.º deste código.

13. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

Após a análise e avaliação das propostas o Órgão Competente pondera o proposto pelo Júri e, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, procede à decisão de adjudicação, decidindo sobre a aprovação das propostas contidas no relatório final para efeitos de adjudicação, aceitando a única proposta apresentada ou escolhendo uma de entre as propostas apresentadas de acordo com o critério de avaliação, sem prejuízo do disposto no art.º 79.º do Código dos Contratos Públicos.

14. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

14.1. A decisão de adjudicação é comunicada a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de análise das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação, indicando-se, quando aplicável, o prazo de suspensão a que se refere o n.º 1 do art.º 77.º do Código dos Contratos Públicos.

14.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação a Entidade Adjudicante notifica o Concorrente adjudicatário (ou “Adjudicatário”) para:

- a)** prestar caução, indicando expressamente o seu valor, nos termos indicados no art.º 17.º;
- b)** apresentar os documentos de habilitação, nos termos indicados no art.º 15.º;
- c)** se pronunciar sobre a minuta de contrato, nos termos indicados no art.º 18.º;
- d)** no caso de o Adjudicatário recorrer a subcontratado, apresentação pelo Adjudicatário de confirmação subscrita pelo subcontratado dos compromissos por si assumidos relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do art.º 93.º do Código dos Contratos Públicos.

15. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

15.1. O Adjudicatário deve entregar na plataforma eletrónica de contratação, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação, designadamente para comprovar que não se encontra nas situações previstas no n.º 1 do art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos:

- a) declaração elaborada conforme modelo constante do **Anexo IV** ao presente Programa (correspondente ao Anexo II ao Código dos Contratos Públicos);
- b) certificado relativo à regularidade da situação contributiva do Adjudicatário no que se refere à Segurança Social;
- c) certificado relativo à regularidade da situação contributiva do Adjudicatário no que se refere ao pagamento de impostos;
- d) certificado de registo criminal do Adjudicatário;
- e) no caso de pessoas coletivas, além do certificado de registo criminal do Adjudicatário, certificado de registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções do Adjudicatário;
- f) no caso de pessoas coletivas, certidão de registo comercial do Adjudicatário, caso a anteriormente apresentada já não se encontre válida;
- g) documento comprovativo da titularidade de alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas ou declaração emitida pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., (IMPIC, I. P.) nos termos da **Portaria n.º 372/2017**, de 14 de dezembro, contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar.

15.2. Caso o Adjudicatário recorra a subcontratado deve também apresentar na plataforma eletrónica de contratação, no mesmo prazo, os seus documentos de habilitação, com as devidas adaptações.

15.3. Em alternativa à apresentação da documentação referida o Adjudicatário pode, quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, designadamente no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, fornecer a informação necessária à sua consulta.

- 15.4.** O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do Adjudicatário à Entidade Adjudicante, por um período não superior a cinco dias.
- 15.5.** Os documentos de habilitação devem estar redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, salvo se redigidos em inglês caso em que não é necessária tradução.
- 15.6.** No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas todas as empresas constituintes de agrupamento têm de apresentar os documentos de habilitação referidos em 15.1 do presente Programa de Procedimento que lhes são exigíveis de acordo com o disposto em 15.5 e no art.º 6.º da **Portaria n.º 372/2017**, de 14 de dezembro, bem como, nos termos do art.º 19.º da **Lei n.º 41/2015**, de 3 de junho, na sua redação aplicável, atualmente a decorrente da Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, caso as empresas não subscrevam conjuntamente seguro de responsabilidade civil, ou prestem garantia ou instrumento equivalente, cujo capital garantido seja igual ou superior ao valor limite da classe que cubra o valor total da obra, deve a capacidade económica e financeira do agrupamento, globalmente considerada, cumprir o disposto nos n.ºs 2 e 5 do art.º 11.º deste diploma legal em relação ao valor total da obra avaliada, sendo avaliada através dos valores de capital próprio e de rácios relativos ao equilíbrio financeiro, mediante apresentação da Informação Empresarial Simplificada, tendo em conta os indicadores de liquidez geral e de autonomia financeira.

16. NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 16.1.** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
- a)** no prazo fixado no art.º 15;
 - b)** no prazo fixado pela Entidade adjudicante, no caso previsto no n.º 8 do art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c)** redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada, no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, sem prejuízo do disposto em 15.5.

- 16.2.** Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 16.1, a Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário para, em prazo a indicar, no máximo de 5 (cinco) dias, se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 16.3.** Quando as situações previstas em 16.1 se verifiquem por facto que não seja imputável ao Adjudicatário, a Entidade Adjudicante conceder-lhe-á, em funções das razões invocadas, um prazo adicional de até 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena da caducidade da adjudicação.

17. CAUÇÃO

O valor da caução a prestar pelo Adjudicatário no prazo de 10 dias a contar da notificação, a comprovar junto da Entidade Adjudicante no dia imediatamente subsequente, sob pena de caducidade, é de 5% (cinco por cento) do preço contratual (ou 10% (dez por cento) caso o preço seja anormalmente baixo) e será prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou ainda mediante garantia bancária à primeira solicitação ou por seguro-caução à primeira solicitação (de acordo com o **Anexo V** ao presente Programa).

18. CONTRATO

- 18.1.** A minuta do contrato a celebrar nos termos do art.º 96.º do Código dos Contratos Públicos considera-se aceite pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação na plataforma eletrónica de contratação, nos termos do art.º 102.º deste código.
- 18.2.** O contrato é reduzido a escrito e assinado pelas partes no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, em data a indicar pela Entidade Adjudicante, mas nunca antes de apresentados todos os documentos de habilitação exigidos, e, quando for devido, da comprovação da prestação da caução e da confirmação dos compromissos de terceiros, nem, caso o anúncio do concurso tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia, antes de decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes.

18.3. O Adjudicatária deve para efeitos da assinatura do contrato:

- a) indicar à Entidade Adjudicante o seu representante para assinatura do contrato e, sendo o caso, documentação para comprovar os poderes do representante, como certidão de registo comercial (ou respetivo código de acesso) e procuração;
- b) apresentar comprovativo do registo e atualização de beneficiário efetivo, nos termos do art.º 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela **Lei n.º 89/2017**, de 21 de agosto, na sua redação aplicável, atualmente a decorrente da Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto;
- c) nos termos indicados no art.º 23.º da **Lei nº 31/2009**, de 3 de julho, (regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra) na sua redação aplicável, atualmente a decorrente da Lei nº 25/2018, de 14 de junho, apresentar:
 - i. termo de responsabilidade subscrito pelo diretor de obra, designadamente indicando que declara, nos termos previstos no art.º 21.º da **Lei nº 31/2009**, de 3 de julho, na qualidade de diretor de obra, que se responsabiliza pela correta execução da obra (a identificar no termo de responsabilidade, designadamente através da sua localização) e pelo cumprimento das obrigações previstas no art.º 14.º da referida lei, obedecendo às normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as normas técnicas de construção em vigor, em conformidade com o projeto constante do presente procedimento para celebração de contrato de empreitada de obras públicas (a identificar no termo de responsabilidade), cujo titular é a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. autoridade portuária que aprovou o respetivo projeto;
 - ii. comprovativo das qualificações para o desempenho das funções específicas que o diretor de obra se propõe exercer se tal for solicitado pela Entidade Adjudicante;
 - iii. comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do diretor de obra válido;

iv. comprovativo da contratação de diretor de obra pela Adjudicatária.

18.4. No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do art.º 54.º n.º 4 e 105.º n.º 1 al. c) do Código dos Contratos Públicos, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, nos termos do **Decreto-Lei n.º 231/81**, de 28 de julho, com sede na União Europeia, devendo, até à data da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos:

- a) cópia do Contrato de Consórcio, devendo indicar-se que cada membro do Consórcio é solidariamente responsável pelo pontual cumprimento de todas as obrigações legais e emergentes do contrato de empreitada a celebrar com a Entidade Adjudicante, qual a percentagem de participação de cada um dos elementos do Consórcio, que alteração na composição do Consórcio tem de ser autorizada previamente pela Entidade Adjudicante e qual a Empresa Chefe do Consórcio;
- b) procuração outorgada por todos os membros do Consórcio à Empresa Chefe do Consórcio, com poderes para esta empresa receber todas as notificações e comunicações da Entidade Adjudicante ou seu representante respeitante ao contrato de empreitada a celebrar.

18.5. A assinatura do contrato é efetuada com a aposição de assinaturas eletrónicas e é publicitada, pela Entidade Adjudicante, nos termos indicados no Caderno de Encargos.

18.6. A Entidade Adjudicante pode vir a adotar um procedimento de ajuste direto para celebração de um novo contrato com o ora Adjudicatário quando se trate de novas obras que consistam na repetição de obras similares que tenham sido objeto do presente contrato, desde que, de forma cumulativa:

- a) Essas obras estejam em conformidade com um projeto base comum;
- b) Aquele contrato tenha sido celebrado, há menos de três anos, na sequência do presente concurso público;
- c) O anúncio do procedimento tenha sido publicado no Jornal Oficial da União Europeia, no caso de o somatório do valor estimado do contrato e do preço contratual relativo ao contrato inicial ser igual ou superior ao valor referido na alínea c) do n.º 3 do artigo 474.º

19. DESPESAS

Todas as respetivas despesas inerentes à elaboração e apresentação da proposta e à celebração do contrato constituem encargo dos interessados, concorrentes e Adjudicatário.

20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

20.1. Aplica-se, ainda ao presente procedimento de contratação o disposto, em especial nos art.º 34.º a 106.º e art.º 465.º e seguintes, no **Código dos Contratos Públicos**, na sua redação aplicável, atualmente a decorrente do Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, bem como o restante normativo aplicável, incluindo o **Decreto-Lei n.º 6/2004**, de 6 de janeiro, na sua redação aplicável, atualmente a decorrente do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, que estabelece o regime de revisão de preços, a **Portaria n.º 372/2017**, de 14 de dezembro, que define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos público, e a **Lei n.º 96/2015**, de 17 de agosto, que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública.

20.2. Para dirimir todas as questões emergentes do presente procedimento é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

ANEXO I

(indicado em 6.1. a) do Programa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

1 - [nome, morada], na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾..... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para celebração de contrato de empreitada de obras públicas de **“Separação das Redes de Drenagem Residual Doméstica e Pluvial, na área de jurisdição do Porto de Setúbal”**, ref.ª P36/2024 - S 864/2023, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)

b)

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e

constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... [local], [data], [assinatura ⁽⁴⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

(indicado em 6.1. b) do Programa)

MODELO DE PROPOSTA

..... [indicar: nome, firma e sede], depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento para a empreitada de obras públicas “**Separação das Redes de Drenagem Residual Doméstica e Pluvial, na área de jurisdição do Porto de Setúbal**”, ref.^a **P36/2024 - S 864/2023**, obriga-se a executar a empreitada de harmonia com o respetivo Caderno de Encargos pela quantia de € (..... euros) [por algarismos e por extenso, igual ou inferior ao preço base indicado no Caderno de Encargos].

A referida quantia decompõe-se pelos seguintes preços unitários (arredondados a duas casas decimais), considerando as quantidades indicadas num quadro apenso, (**Anexo V**) a este Programa de Concurso, e dele faz parte integrante.

Para efeitos da verificação da conformidade dos preços parciais dos trabalhos que se propõe executar com a classe das habilitações contidas nos alvarás ou certificados de empreiteiro de obras públicas ou declarações emitidas pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC,I.P), nos termos do disposto no art.º 3.º e 6.º da **Portaria n.º 372/2017**, de 14 de dezembro, do art.º 60.º n.º 4 e 5 do **Código dos Contratos Públicos** e do 6.3 e 6.4 do Programa informa-se que os respetivos valores são os indicados no quadro seguinte:

Categoria	Subcategoria	Identificação dos trabalhos	Classe	Valor (€)	Identificação do concorrente ou subempreiteiro que executa o trabalho

Às quantias mencionadas acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor que seja devido.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar previsto na legislação portuguesa em vigor, nomeadamente ao Código dos Contratos Públicos, designadamente declarando que não se encontra em nenhuma das situações referidas no n.º 2 e seguintes do art.º 9.º da **Lei n.º 52/2019**, de 31 de julho, na sua redação aplicável, designadamente da Lei n.º 26/2024, de 20 de fevereiro, (regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

..... [local], [data], [nome e qualidade (ex.: sócio-gerente, administrador, procurador) do representante do interessado], [assinatura]

ANEXO III

(indicado em 15.1. a) do Programa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 – [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de “**Separação das Redes de Drenagem Residual Doméstica e Pluvial, na área de jurisdição do Porto de Setúbal**”, ref.^a **P36/2024 - S 864/2023**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... [local], [data], [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO IV

(indicado em 16. do Programa)

MODELOS DE CAUÇÃO

GUIA DE DEPÓSITO

Vai [*identificação da Adjudicatária com nome, número de identificação fiscal e endereço da sede*], depositar na [*sede, filial, agência, delegação ou sucursal*] do Banco [*identificação do banco com nome, número de identificação fiscal e endereço*], a quantia de,..... € (..... euros), em dinheiro como caução exigida para celebração do contrato previsto no procedimento de contratação ref.^a [*identificar presente procedimento de contratação*], nos termos do art.º 90.º n.º 3 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação aplicável, destinada a garantir a referida celebração, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração. Este depósito fica à ordem da APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., pessoa coletiva n.º 502 256 869, com sede na Praça da República, Setúbal, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento, sendo todas as despesas relativas a este depósito da responsabilidade do depositante.

Data

Assinatura

GARANTIA BANCÁRIA

O Banco [identificação do banco com nome, número de identificação fiscal e endereço], a pedido de [identificação da Adjudicatária com nome, número de identificação fiscal e endereço da sede] presta a favor da APSS- Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., pessoa coletiva n.º 502 256 869, com sede na Praça da República, Setúbal, garantia bancária autónoma, à primeira solicitação, no valor de€ (..... euros), como caução exigida para celebração do contrato previsto no procedimento de contratação ref.ª [identificar presente procedimento de contratação], nos termos do art.º 90.º n.º 6 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação aplicável, destinada a garantir a referida celebração, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.

O banco obriga-se a pagar quantia que venha a ser solicitada pela APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., à primeira solicitação em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que [nome da Adjudicatária] pretende assumir com a celebração do respetivo contrato, nem tampouco relacionados com as relações entre o Banco e esta última.

O banco obriga-se a pagar quaisquer importâncias exigidas, até ao indicado limite do valor desta caução, no prazo de cinco dias úteis a contar da data do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na referida legislação aplicável, sendo o foro do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal o competente para dirimir quaisquer questões dela emergente, com expressa renúncia a qualquer outro.

[Local, data e assinaturas pelos representantes do banco, reconhecidas na qualidade]

SEGURO-CAUÇÃO

A seguradora [*identificação da seguradora com nome, número de identificação fiscal e endereço*], presta a favor da APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., pessoa coletiva n.º 502 256 869, com sede na Praça da República, Setúbal, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com entre a seguradora e o tomador do seguro [*identificação da Adjudicatária com nome, número de identificação fiscal e endereço da sede*], como exigida para celebração do contrato previsto no procedimento de contratação ref.ª [*identificar presente procedimento de contratação*], nos termos do art.º 90.º n.º 7 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação aplicável, destinada a garantir a referida celebração, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.

A seguradora obriga-se a pagar quantia que venha a ser solicitada pela APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., à primeira solicitação em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro-caução respeita sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que o tomador do seguro pretende assumir com a celebração do respetivo contrato, nem tampouco relacionados com as relações entre a seguradora e este último.

A seguradora obriga-se a pagar quaisquer importâncias exigidas, até ao indicado limite do valor desta caução, no prazo de cinco dias úteis a contar da data do pedido da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente caução, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na referida legislação aplicável e rege-se pela legislação portuguesa, sendo o foro do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal o competente para dirimir quaisquer questões dela emergente, com expressa renúncia a qualquer outro.

[*Local, data e assinaturas pelos representantes da seguradora, reconhecidas na qualidade*]

≈